

Eixo temático: Organização e gestão da educação básica e superior

Categoria: Trabalho completo

HISTORICIDADE DE UMA ESCOLA MUNICIPAL CRIADA COM BASE NA PRÁTICA EDUCATIVA DE PAULO FREIRE, EM SANTA CATARINA

Elisete Lemos Machado – UNIPLAC

Marilu Diez Lisboa – UNIPLAC

RESUMO

O presente trabalho traz o registro do processo histórico da Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) Mutirão, situada no Bairro Habitação, no município de Lages – SC. A importância deste registro deve-se ao fato de que a constituição de ambos – Bairro e EMEB – ocorreu em um momento da história do Brasil cujo marco se deu no início do processo de democratização, nos anos finais da ditadura militar instaurada no País na década de 1970. No final desta década e início dos anos 1980 tiveram início os movimentos sociais em toda a nação brasileira, sendo que na cidade de Lages estes se caracterizaram por mobilizações da população nitidamente apoiados por lideranças políticas municipais, então inconformadas com o regime de governo vigente. O que fundamentava tais movimentos era a busca da instauração de um processo democrático. O estudo aqui apresentado teve como objetivo geral resgatar as práticas pedagógicas desenvolvidas entre 1981 e 1996 na EMEB Mutirão, fundadas na Prática Educativa Libertadora de Paulo Freire. Foi realizada pesquisa por levantamento documental, com interpretação dos dados baseada em análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin. Constatou-se que os achados correspondem em parte ao que está na voz da população, evidenciando o desejo de participação comunitária por parte da população de Lages e, especificamente, a do Bairro Habitação. A opção pela base teórica proposta por Paulo Freire como fundante na construção da EMEB Mutirão confirmou-se como consonante com os propósitos de democratização da sociedade.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas. Participação comunitária. Historicidade.

A título de introdução

O interesse que gerou a realização desta pesquisa surgiu do desejo em refletir sobre as práticas pedagógicas adotadas desde a criação da Escola Municipal de Educação Básica (EMEB), Mutirão fundada em 1981, que se estenderam, mesmo que incluindo mudanças, até 1996, quando da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96.

Trazer e focar a discussão a partir das vivências nesse educandário deve-se ao fato de sua origem coincidir com um período em que os moradores do Bairro Habitação, onde se situa essa EMEB, tinham um forte envolvimento com práticas de participação comunitária, justificando a adoção da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire.

Para Freire, o educador precisa falar a linguagem do aluno e entendê-lo como sujeito,

dentro da sua vivência, pois se isso não ocorrer não haverá troca de saberes. Ao falar de experiências vividas, diz o autor:

Os momentos que vivemos ou são instantes de um processo anteriormente iniciado ou inauguram um novo processo de qualquer forma referido a algo passado. Daí que eu tenha falado antes no “parentesco” entre os tempos vividos que nem sempre percebemos, deixando assim de desvelar a razão de ser fundamental do modo como nos experimentamos em cada minuto (FREIRE, 1997, p. 10).

Contextualizando de forma breve o momento histórico de construção da EMEB Mutirão, associada à do Bairro Habitação, temos em Silva (1994, p. 31), uma importante referência ao sistema social, político e cultural em vigor na Região Serrana de Santa Catarina, destacando o município de Lages como base territorial e política de famílias de coronéis, tradicionais e conservadoras, desde sua origem. O domínio da política na cidade esteve atrelado a famílias que lideraram politicamente todo o estado de Santa Catarina por longo tempo. Faz-se importante esclarecer que esse domínio na região foi tão forte que ultrapassou o período da Primeira República.

O marco do fim do coronelismo na região foi o ano de 1972, quando o último representante de uma das famílias deixou o poder público municipal de Lages. No entanto, a visão de mundo, valores e princípios gerados ao longo deste período histórico, de relações conturbadas pelo autoritarismo, coronelismo e clientelismo continuam a orientar condutas e a influenciar comportamento de pessoas envolvidas com as políticas públicas. Esse se constituiu num período histórico conturbado em todo o País, que ao final da década de 1970 iniciava o percurso de democratização, em meio à ditadura militar.

Entre 1979 e 1982 Lages passou por um período movimentado pelas lutas das classes sociais que buscavam seus direitos de moradia, educação e saúde. A comunidade se auto-organizava, dentre outros âmbitos, por meio de associações de pais, que dentro das escolas contribuíam para o desenvolvimento das práticas pedagógicas. “Nessa reeducação de cultura política têm tido um papel pedagógico relevante os movimentos sociais, tão diversos e persistentes na América Latina”. (ARROYO, 2003, p.28).

Após o término da ditadura militar, em meados da década de 1980, cresceram no país os movimentos sociais populares que, segundo Gohn (2010. p.342), foram “fomentados por grupos organizados pela sociedade civil em oposição à ditadura militar, especialmente pelos movimentos de base cristã”. O Bairro Habitação surgiu desses movimentos organizados pela sociedade à época, quando o povo não só reivindicava como também participava das decisões que eram tomadas pelos administradores locais.

Nesse período Lages ganhou representatividade no contexto nacional. A obra literária “A força do Povo”, de autoria de Mário Moreira Alves, descortinou a cidade de Lages descrevendo sobre a participação e a organização do povo mais especificamente nos anos 1980 e 1990, trazendo como experiência de organização popular o Bairro Habitação e a Escola Mutirão, assim como toda a administração da então gestão do poder público municipal.

A autora do estudo aqui apresentado vivenciou a construção do Bairro Habitação, como moradora, com sua família e, posteriormente, como professora na EMEB Mutirão. Estas vivências se constituíram como marcas dos tempos vividos nesses dois contextos sociais: bairro e escola.

O contexto vivido à época no país, quando tomava força o trabalho comunitário pelo bem das coletividades vulneráveis, comprovado no presente caso pelo apoio do governo municipal para a construção do bairro Habitação, em regime de mutirão, e da escola que viria a abrigar as crianças e jovens do mesmo, determinaram um valor incomum para a população participante, alicerçado por vínculos fortes pela forma como foram – bairro e escola – construídos. Pais de alunos dedicaram-se sem medir esforços para instituir a EMEB Mutirão e, posteriormente, colaboraram cotidianamente nas tomadas de decisões concernentes à melhoria da qualidade do ensino e patrimônio da escola. Gohn (2011, p. 347), afirma que “A participação na escola gera aprendizado político para a participação na sociedade em geral”. Foi nesta direção que se concretizou a ação de luta efetiva por espaços de participação nas decisões do bairro e da escola, apoiada pelo governo municipal.

A população responsável pela construção aqui referida demonstrava o desejo de ter melhores condições culturais e sociais, com as quais a pesquisadora se identificava. Assim, esta nunca desistiu deste ideal, mesmo diante de muitas dificuldades, por acreditar que os seres humanos são capazes de transformar a realidade. Freire (1986, p.4) afirma que “O papel do trabalhador professor/cidadão se dá no processo de mudança em si, mas num domínio mais amplo. Domínio do qual a mudança é uma das dimensões”.

Este autor afirma, ainda, que as mudanças sociais são possíveis a partir das motivações das populações, da não conformidade em permanecerem no comodismo. Mesmo que dominadas por um poder de Estado que as oprime, estas incluem pessoas que pensam e agem criticamente. Nas palavras de Freire (1986, p. 46) “[...] mudança e estabilidade resultam ambas da ação, do trabalho que o homem/sujeito exerce sobre o mundo [...] ao responder os desafios [...] cria-se o mundo: o mundo histórico-cultural.”

A pesquisa neste artigo referida teve como objetivo geral resgatar as práticas pedagógicas desenvolvidas entre 1981 e 1996 na EMEB Mutirão – nome adotado posteriormente à sua fundação – fundamentadas por Paulo Freire, buscando comprovar cientificamente suas bases teóricas e a implantação da prática educativa libertadora, contando com a participação comunitária.

Como objetivos específicos buscou investigar qual(is) a(s) origem(ens) determinante(s) para a implantação das práticas pedagógicas na escola Mutirão; resgatar a possível relação entre as práticas pedagógicas adotadas pela EMEB Mutirão e as práticas de participação comunitária, ambas exercidas pela população de moradores do Bairro Habitação; e levantar se houve referenciais teóricos e legais que serviram como base para as práticas pedagógicas instituídas no período estudado.

As práticas baseadas na Pedagogia Problematizadora de Paulo Freire, adotadas no período de fundação do Grupo Escolar Municipal Mutirão (GEM), assim chamado à época de sua fundação, são no presente estudo reavivadas a partir de discussões fundamentadas cientificamente, visando uma avaliação mais profunda e seu registro organizado, a partir do desejo desta pesquisadora.

A EMEB Mutirão foi palco de experiências pedagógicas que tiveram repercussão na época, por parecerem estar à frente dos tempos então vividos. Isto porque tais experiências foram

desenvolvidas antes mesmo de se tornarem leis, pois ocorreram anteriormente à promulgação da LDB 9.394/96.

A pesquisa aqui referida concretizou-se por meio de análise documental, centrando-se na leitura e análise de documentos, leis, atas, notícias divulgadas em jornais, periódicos, fotos, entre outros documentos, sobre os fatos históricos que serviram como base para sua efetivação.

Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2011). Foram elaborados quadros explicativos sobre as categorias de análise encontradas.

EMEB Mutirão: fatos e processos formativos

À época da sua construção, antes mesmo de sua finalização e sem contar ainda com o mobiliário, a EMEB Mutirão deu início às atividades pedagógicas. Isto porque a perspectiva da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire permitia a prática da criatividade dos professores, que exerciam suas funções em espaços alternativos. Este projeto propunha aulas criativas e prazerosas, recriando e transformando o cotidiano escolar com vistas à liberdade de pensamento e expressão. A proposta era ocupar as crianças com atividades que permitissem a aprendizagem de forma construtiva e criativa, como um desafio que resultou em práticas não convencionais, diferentemente dos modelos vigentes na época.

As crianças tiveram a oportunidade de preparar/decorar sua sala de aula, não obstante a escassez de recursos financeiros, mas utilizando sua criatividade. Brandão (2001, p. 10), fundamenta o que é entendido por Educação e Escola, na proposta em questão.

Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as contáveis práticas dos mistérios do aprender, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos. A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar *comum*, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é *comunitário* como bem, como trabalho ou como a vida.

No caso da EMEB Mutirão a solidariedade se fazia presente como uma característica marcante, pois todos trabalhavam de maneira integrada. Esse estado de ânimo foi fundamental para a implementação da escola por ciclos. Palco de muitas experiências pedagógicas no correr dos anos, um novo tempo entraria na história da escola. Com os ciclos, fixou-se como objetivo permitir a inserção dos alunos fora da idade série, conforme autorização da LDB:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (Lei de Diretrizes e Base da Educação — LDB 9.394/96, Art. 23).

As atas consultadas por ocasião da pesquisa aqui tratada indicam que o auxílio financeiro vinha de diferentes promoções organizadas pela escola. Segundo o que demonstram os achados, a comunidade, os políticos e outros interessados se uniam em torno do projeto e o faziam se concretizar.

Os registros mostram que desde o início da caminhada os moradores do Bairro Habitação parecem ter aprendido a não adotar uma postura passiva. Ao contrário, desenvolveram o senso de participação (luta intelectual), pelo interesse em melhorias para a comunidade. A título de exemplo, foram adotadas práticas de convocação aos representantes do povo para atuarem juntos e reivindicarem o que não estava ao seu alcance. Neste sentido, ilustra Gadotti (1995, p. 94): “Numa democracia, fundada nos princípios de autonomia e participação, a educação é ao mesmo tempo fator e produto da sociedade”

Em 1985 foi implantado em uma escola municipal de Lages um novo projeto, pela Secretaria Municipal de Educação, denominado de Programa Infantil Popular de Assistência (PIPA). Em 1986 o Projeto PIPA foi implantado na EMEB Mutirão, trazendo mudança significativa na rotina escolar. Nessa época o nome da escola permanecia como Grupo Escolar Mutirão (GEM), pois a nomenclatura foi sendo alterada conforme o aumento de alunos na mesma.

Como parte do Projeto PIPA, que incluía práticas inovadoras, O GEM Mutirão implantou o projeto Escola Cidadã, que visava propiciar aos alunos condições de praticarem a cidadania, buscando a construção de uma sociedade mais justa e humanizada a partir a partir do seu contexto. Esse projeto foi embasado na pedagogia Problematizadora de Paulo Freire, tendo como um forte princípio a conexão com a comunidade, que usufruía de seu espaço no período noturno e nos finais de semana para reuniões dos AAs (Alcoólicos Anônimos), aulas de catequese, curso de dança, ensaio da escola de samba e distribuição de sopão para famílias carentes. Muitos projetos aconteceram, mas isso só foi possível porque à frente dos trabalhos desenvolvidos na escola estava uma diretora eleita, que participou como professora do processo de construção do espaço físico e pedagógico da Escola Mutirão. Cabe registrar que também houve períodos de estagnação, quando pessoas alheias à história e ao processo assumiram a direção da escola.

Ao final da década de 1980 o Conselho de Pais e Professores (CPP) da escola tomava decisões, invariavelmente sem passar pela aprovação da diretora, pois à época os líderes da comunidade, como agentes dos seus processos, tinham facilidade em acessar o poder público. Da mesma forma, o CPP tinha liberdade de tomar decisões sem passar pela burocracia do sistema educacional, principalmente no que diz respeito à contratação ou demissão de funcionários, como demonstra a ata abaixo.

A diretora N.M.M., colocou aos presentes a situação dos contratados pelo CPP. Três merendeiras, um hortelão e o vigia noturno. Como o contrato dos mesmos venceu agora dia 15 de fevereiro [...] juntos veremos outra solução. O presidente do CPP falou que se já há pessoas colocadas e estão satisfazendo as necessidades da escola não há necessidade de contratar novas pessoas (ATA de 21 de fev. de 1989).

Compreende-se que a elaboração de novas práticas ocorre entre erros e acertos, pois é assim que o indivíduo aprende a elaborar novas formas de saber. Neste sentido, “[...] há uma sabedoria popular, um saber que gera na prática social de que o povo participa, mas às vezes, o que está faltando é uma compreensão mais solidária dos temas que compreendem o conjunto do saber” (FREIRE, 1986, p. 14).

No caso da EMEB Mutirão essa prática foi instituída desde o seu início, sob a responsabilidade da equipe administrativa da Prefeitura, em conjunto com a Secretaria Municipal da Educação de Lages, na gestão do prefeito à época que, entre outras importantes ações, trouxe o professor Paulo Freire para conhecer o projeto pedagógico e as obras do Bairro Habitação e da Escola Mutirão.

Nesta linha de trabalho, Freire (2001, pp. 29-30) ressalta a importância dos conteúdos na formação crítica dos alunos. Para o autor, a articulação entre os conteúdos escolares e a realidade dos educandos propicia que os alunos se percebam como sujeitos capazes de agir e transformar a realidade.

[...] numa prática educativa conservadora competente se busca, ao ensinar os conteúdos, ocultar a razão de ser de um sem-número de problemas sociais, numa prática educativa progressista, competente também, se procura, ao ensinar os conteúdos, desocultar a razão de ser daqueles problemas. A primeira procura acomodar, adaptar os educandos ao mundo dado; a segunda, inquietar os educandos, desafiando-os para que percebam que o mundo dado é um mundo dando-se e que, por isso mesmo, pode ser mudado, transformando, reinventando [...].

Dentro desta concepção o que se pretende como formação do indivíduo não pode estar separado dos conteúdos escolares, devendo-se acrescentar aos currículos aulas sobre democracia, valores e cidadania. Nessa perspectiva faz-se necessário que a formação dos educandos não esteja pautada em práticas tradicionais mas, ao contrário, constitua-se como objeto de reflexão e de práticas pedagógicas planejadas com a intenção da construção de valores democráticos, com o intuito de despertar uma disposição interna à participação ativa na sociedade.

No primeiro período da década de 1990 se concluíram as obras da chamada 'nova escola'. Esta foi planejada de acordo com o prédio original, à época construído pela população do Bairro Habitação, em mutirão. Possui as salas unidas umas às outras, mantendo o formato da escola em círculo, com um pátio interno e anfiteatro dispostos em círculo. O estudo ora exposto mostra que a escola veio se redimensionando de acordo com os interesses, anseios e preocupações da população do bairro em questão. Observa-se a presença de uma gestão democrática permeando o *módus vivendi* daquela população, bem como a escola. Cabe lembrar que "a gestão democrática do sistema, em todas as esferas de organização, é um princípio basilar a partir do qual se fortalecem espaços de participação e de pactuação já instituídos e por instituir" (MARQUES *et al.*, 2013, p.03). Desta forma, pode-se compreender a participação dos políticos do poder público municipal à época, presentes no processo de manutenção da escola Mutirão, ouvindo os anseios da população.

Por meio de registro em atas, a comunidade do Bairro Habitação desfrutava do espaço físico da escola para a realização de eventos, havendo uma efetiva interação entre comunidade e escola. Como afirma Freire (2005 p. 15-16):

A qualidade dessa escola deverá ser medida não apenas pela quantidade de conteúdos transmitidos e assimilados, mas igualmente pela solidariedade de classe que tiver construído, pela possibilidade que todos os usuários da escola - incluindo pais e comunidades - tiverem de utilizá-la como um espaço para a elaboração de sua cultura.

A cultura democrática instituída pela comunidade do Bairro Habitação concretizou-se e permaneceu durante os anos aqui estudados, principalmente para os que vivenciaram esse período observando, no caso da EMEB Mutirão, seus pais e professores tratarem com zelo o patrimônio físico. A convivência se dava pautada no princípio da liberdade de entrar e sair do recinto da escola livremente e, portanto, com outros objetivos que não somente o da aprendizagem formal.

Complementando, Paro (1988, p.160) contribui trazendo o que é para ele compromisso do projeto educacional:

[...] deve ter como meta a constituição, na escola de um novo trabalhador coletivo que, sem os constrangimentos da gerência capitalista e da parcelarização desumana do trabalho, seja uma decorrência do trabalho cooperativo de todos os envolvidos no processo escolar, guiados por uma 'vontade coletiva', em direção ao alcance dos objetivos verdadeiramente educacionais da escola.

Neste modelo, democrático e participativo, aconteciam as práticas da comunidade e sua organização, incentivando o trabalho por livre vontade, sem nenhum tipo de remuneração.

Quanto à formação dos professores, no presente caso, por tratar-se de uma escola aberta, foram desenvolvidas práticas pedagógicas mantendo liberdade para trabalhar com os alunos em contato constante com a comunidade, valendo-se do que nela existe para explorar o conhecimento já acumulado pelos mesmos.

A EMEB Mutirão se destacou das demais escolas da Rede Municipal de Ensino de Lages, por ter compreendido e instituído, a participação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, por constituir-se como 'escola aberta'. Os professores desenvolveram estas práticas dentro do espaço da escola, ajudando-se mutuamente no que dizia respeito à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos.

Jacomini (2010, p.198) reforça o caráter de mediação e articulação do todo, que cabe ao presente estudo:

[...] Embora o diretor seja o responsável pela condução da escola, não pode sozinho romper com as amarras características do funcionamento burocrático dos órgãos do sistema educacional. Daí a importância de ele ser capaz de articular os diversos segmentos que compõem a escola para atuarem em conjunto na reivindicação das condições materiais e organizacionais a serviço do projeto pedagógico.

No ano de 1994 o ensino na Rede Municipal de Lages adotou como concepção metodológica de educação a sócio-interacionista. Esta contava com a bagagem sócio-histórica dos alunos, constituindo-se como um método diferenciado de aprendizagem dos até então adotados. Os professores passaram a participar de cursos de formação e os alunos recebiam, mensalmente, novas apostilas.

[...] o Projeto Educação que consiste num amplo sistema de gerenciamento pedagógico, envolvendo informação e descentralização da gestão do ensino público; com assessoramento permanente dos docentes, trocas de experiências e aquisição de livros didáticos para o professor, possibilitando o aprofundamento teórico-prático dos mesmos, embasados na concepção sociointeracionista e distribuição bimestral de apostilas, gratuitas e consumíveis, para os alunos do Pré à 4ª série (EDUCAÇÃO EM REVISTA, 1994, p. 8-9).

Nesse período foi implantada pelo governo municipal a gestão democrática dentro das escolas municipais, sendo que até então o poder estava centrado na figura dos gestores das mesmas. Com esta nova forma de gestão, a diretora da EMEB Mutirão foi dando autonomia para que os professores resolverem os problemas de comportamento manifestos no cotidiano dos alunos, diretamente com os pais. *“O professor deve sempre ouvir os alunos e os pais, o que tende a evita as reclamações no gabinete, as vezes o fato do professores dar atenção já resolve o problema” (ATA de 19 de set. de 1996)*. Continuando, foi registrado: *“Quando o professor observar algum problema mesmo que o aluno não seja seu, tomar providências que o caso requer” (ATA de 11 de dez. de 1996)*.

Todos os professores e funcionários da EMEB Mutirão constituíam-se como responsáveis pelos alunos da escola como um todo, intervindo junto aos mesmos independentemente de a qual turma pertencessem. Isto ajudava no bom funcionamento da escola na sua integralidade, descentralizando as tomadas de decisões em relação aos problemas que ocorriam dentro da escola e nas salas de aula.

A operacionalização desta problemática pressupõe uma nova política na forma de gestão, que hoje centra-se no papel do diretor da unidade compartilhando esta função com o Conselho Deliberativo Partidário formado por pais, alunos, professores e funcionários” (EDUCAÇÃO EM REVISTA, 1994, p. 14).

De acordo com a iniciativa do poder público municipal e o relato da revista Educação de 1994, pode-se constatar que o processo de democracia e participação efetivou-se no campo da educação, à época, no município de Lages.

As mudanças se efetivavam num processo de continuidade. O que poderia parecer contrário à esta nova política e aos objetivos da EMEB Mutirão, a construção do muro que cercaria toda a escola e que desconfiguraria a concepção de escola aberta, se justificou por haver a preocupação com a segurança dos alunos, visto aumentar o número de matrículas pelo crescimento da comunidade.

Ao analisar as atas de reuniões da escola, percebe-se claramente o comprometimento que a escola e a comunidade tinham para com os alunos, num sentido amplo. Um exemplo disto foi a luta pela construção do muro, quando ambos não mediram esforços, solicitando ajuda a quem imaginaram que poderia contribuir. Percebe-se que a diretora da escola, juntamente com a comunidade, fazia todo o movimento necessário para levantar a verba que precisavam, buscando parcerias com outros membros da sociedade para garantir o bom andamento da escola e a segurança necessária para os alunos.

[...] o compartilhamento da gestão não significa (e nem implica) a substituição do gestor e de suas responsabilidades. A participação da população não deve ser para substituir o Estado, mas para fiscalizá-lo e fazer com que ele cumpra seus compromissos constitucionais. (GOHN, 2007, p. 44).

A gestão escolar exerce papel importante de mediação interna e externa à escola. Faz-se, portanto, necessário que haja especial atenção à complexidade e diversidade das relações pe-

pedagógicas e humanas, primando por consensos coletivos e valorizando e respeitando o tempo e iniciativas individuais de cada integrante da escola e da comunidade.

Dentro desses princípios, fica claro que a constituição da EMEB Mutirão, em suas práticas pedagógicas, e associada diretamente à formação do Bairro Habitação com suas necessidades e preceitos, caracterizou-se efetivamente como uma ação democrática. Os documentos analisados deixam clara a relação existente entre a concepção de educação da EMEB Mutirão e a efetivação da prática pedagógica libertadora, voltada para a constituição de pessoas autônomas, criativas e conscientes.

A concepção de escola adotada na EMEB Mutirão se alicerçou em autores consagrados, como estudiosos da História da Educação brasileira, permitindo que o modelo de escola fosse idealizado pelo conjunto da população do Bairro Habitação, de especialistas na área educacional e do poder público municipal.

Considerações finais

A análise documental realizada no estudo ora apresentado constituiu-se como um desafio, visto que muitos documentos foram extraviados e, ainda, alguns registros sobre a construção da EMEB Mutirão, bem como do Bairro Habitação, mostraram-se controversos. Além disto, o material documental apresentou contradições em relação aos relatos orais espontâneos e esporádicos do cotidiano, bem como observações empíricas, na vivência, por 22 anos, da pesquisadora responsável pelo estudo em foco. Confirma-se, assim, o valor da pesquisa com base em documentos, que legitimam os fatos realmente ocorridos como elementos da historicidade de eventos. Neste sentido cabe salientar a importância do resgate histórico por meio de pesquisa científica, uma vez que este traz à luz os fatos do passado ao mesmo tempo em que se podem organizar os projetos para o futuro.

Os registros encontrados mostram que a EMEB Mutirão veio se redimensionando ao longo do tempo, reformulando suas ações, contando com a participação da comunidade, de acordo com seus anseios e interesses pelos projetos de construção e melhorias, elaborados em conjunto com a população do Bairro Habitação.

Visto que essa escola sempre foi campo de experimentos, desde o *layout* do prédio até as práticas pedagógicas desenvolvidas desde sua concepção, temos a considerar uma questão fundamental: na pesquisa documental, principalmente por meio das atas, ficou evidente que o auxílio financeiro provinha de diversas promoções organizadas pelos moradores do Bairro Habitação, juntamente com os funcionários da EMEB Mutirão, sendo que a comunidade e políticos locais se uniram em torno da realização de projetos estabelecidos pela escola e comunidade. Caracteriza-se aí um processo comunitário nitidamente democrático, participativo.

Quando se estuda a sociedade, em qualquer de suas dimensões, fica evidente que as mudanças se dão a partir de muitos fatos que dependem desde as tendências sócio-históricas mais amplas até os interesses de pequenos grupos. O período histórico de 1981 a 1996, aqui estudado, foi emblemático em nosso País, tendo sido marcado por uma transição de governos ditatoriais para um regime democrático.

Com este pano de fundo a prática educativa libertadora de Paulo Freire tomou um lugar importante no país, o que também ocorreu em Lages, trazendo em si características de luta, uma vez que propunha uma transformação apropriada e radical no combate aos princípios autoritários adotados pelos governos militares que então assumiam o poder. Democracia traz em seu bojo a participação coletiva nas decisões, exatamente o que ocorreu com a construção do bairro Habitação e da EMEB Mutirão.

O estudo aqui exposto traz em seu bojo o que pode significar para um grupo social a oportunidade da construção de um futuro, forjado no presente, com base num passado cientificamente recordado, tendo como fundante a prática da construção conjunta, como princípio da convivência democrática. Faz-se fundamental que ele possa servir para a continuidade do processo de existência da EMEB Mutirão, alicerçando novos projetos que, mesmo sendo diferentes, porque circunstanciados em outros momentos históricos, possam se ancorar em sua historicidade, valorizando uma identidade construída, tendo como base o sentido da humanização da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, G. Miguel. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n.1, pp. 28-49, jan/jun 2003. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org> Acesso em 05/03/2012.

BARDIN, Laurence, **Análise de conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. França: Presses Universitaires de France, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação? São Paulo: Brasiliense, 2001.
Bras. Educ. [online]. 2006, vol.11, n. 32, pp. 328-339. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000200011> Acesso em 20/02/2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: Um encontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Educação como prática para a liberdade**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 45 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Educação e compromisso**. 5 ed. Campinas: Papyrus, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007

_____. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL MUTIRÃO. Ata 01 de 21 de fev. de 1989. Livro: Reunião Pedagógica, p. 15-16.

_____. Ata 06 de 19 de set. de 1996. Livro: Conselho de Pais e Professores, p. 1-2.

_____. Ata 04 de 19 de set. de 1996. Livro: Reunião Pedagógica, p. 61-62.

_____. Ata 05 de 11 de dez. de 1996. Livro: Reunião Pedagógica, p. 63-64.

JACOMINI, Marcia Aparecida. **Educar sem reprovar**: São Paulo: Cortez, 2010.

Lei de Diretrizes de Bases n. 9.394/96 20/03/1996. Artigo 23 dá autonomia para a escola se organizar conforme as necessidades (ciclos).

MARQUES. B. et al. **O sistema nacional de educação**: em busca de consensos. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/imagens/pdf/marques_nogueira_grossi.Pdf>. Acesso em: 20/04/2013.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

Prefeitura do Município de Lages. Projeto Educação: uma inovação no ensino de Lages. **Educação em Revista**, n. 02, pp. 8-9, 1994.

Prefeitura do Município de Lages. Projeto Educação: uma inovação no ensino de Lages. **Educação em Revista**, n. 03, p. 14, 1994.

SILVA, Elizabeth Farias de. **O fracasso da oposição no poder Lages; 1972 – 1982**. Coleção Teses. Florianópolis (SC), 1994.

